



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 02 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 61.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE AGOSTO DE 1988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Raul Lopes e Alexandre Ceranto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Ayr Messadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Elmar Luiz Costa, Erondy Silveiro, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Missignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, David Cheriegate, Luiz Alberto Oliveira, Paulino José Delazeri e Tadeu Lúcio Machado (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.
(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte e três Deputados responderam a chamada nominal.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 81/88

Curitiba, 28 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a permuta do imóvel constituído de parte da data de terras nº 2 (dois) da quadra nº 30 (trinta), medindo 334,78m², com as benfeitorias nele existentes, situado na sede do Município de Porecatu e havido pelo Estado do Paraná conforme registro nº 2.758, Livro nº 3, fls. 25, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca, pelo imóvel constituído da data de terras nº 04-A, da quadra 30, da mesma Cidade, com área de 292,52 m², de propriedade atribuída a Odivar Pereira Donato, conforme matrícula 3823, do mencionado Ofício de Registro de Imóveis.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa foi precedido de criteriosos estudos através do protocolado sob nº 328.053-5/87. Em tal processado, além da necessária documentação, incluindo diversos pareceres dos órgãos competentes, figuram os laudos de avaliações dos questionados imóveis, onde se constata que os valores dos mesmos se equivalem.

Por outro lado merece destacar que a permuta dos imóveis em referência consulta plenamente aos interesses da Administração, eis que aquele que virá integrar o patrimônio do Estado reúne plenas condições a fim de que nele seja instalada a Inspecção Regional de Ensino de Porecatu.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Ex-

Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel constituído de parte da data de terras nº 2 (dois) da quadra nº 30 (trinta), da cidade de Porecatu, medindo 334,76 m², com as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado do Paraná, conforme registro nº 2.758, livro nº 3, fls. 25, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu, pelo imóvel constituído da data de terras nº 04-A, da quadra 30, da mesma cidade, com área de 292,52 m², de propriedade atribuída a Odivar Pereira Donato, conforme matrícula nº 3.823, do mencionado Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 82/88

Curitiba, 28 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Cruzeiro do Sul e Palmeira, em data de 31 de maio e 07 de abril do corrente ano, respectivamente, objetivando o primeiro desenvolver programa regional de combate à formiga e ampliar o viveiro municipal de mudas de café e essências florestais, e o segundo a promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 83/88

Curitiba, 28 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, referentes a:

- 5º Termo Aditivo, de 09.5.88, visando a execução do teste de progênie em bovinos leiteiros no Estado do Paraná;

- 16º Termo Aditivo, de 25.4.88, visando a execução dos serviços de classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos e resíduos de valor econômico para o mercado interno;

- 17º Termo Aditivo, de 25.4.88, visando a execução de pesquisas sobre o mercado agrícola;

- 23º Termo Aditivo, de 12.5.88, visando a execução do programa desenvolvido pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 84/88

Curitiba, 28 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio nº 003, celebrado em 09 de junho de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e o Município de Guaraqueçaba, objetivando aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

MENSAGEM Nº 85/88

Curitiba, 30 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, vinculado à Secretaria de Estado da Fazenda, e os Municípios de Ampara, Atalaia, Quinta do Sol e Uniflor, em 10 de maio de 1988, e, ainda com os Municípios de Jardim Alegre e Salto do Lontra, em 07 de maio de 1988, todos objetivando o

repasse de recursos financeiros aos municípios signatários, conforme Planos de Aplicação específicos, atendidas as exigências do Art. 2º do Decreto 2694/88, de 11 de abril de 1988.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 86/88

Curitiba, 30 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 28 de abril de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e o Município de Prudentópolis, objetivando a construção de prédio a ser destinado a abrigar a agência de rendas local.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM Nº 87/88

Curitiba, 30 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio MIC-CDC/STC-PR nº 06/88 celebrado em 30 de abril de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, por intermédio do Conselho de Desenvolvimento Comercial - CDC, objetivando cooperação técnico-financeira, com vistas à manutenção do Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 88/88

Curitiba, 30 de junho de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 31 de maio de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Indústria e do Comércio, e o Município de IBAITI, objetivando cooperação técnico-financeira para a implementação de uma ação concentrada do Município, mediante a realização do Seminário de Desenvolvimento Industrial.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

- À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os números DTL/126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175 e 176/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

053/88:

Do Senhor Deputado CAÍTO QUINTANA, que dispõe sobre o recolhimento de depósitos judiciais no Banco do Estado do Paraná S/A, o qual convertido em Lei tomou o número 8801. - Anote-se. Arquive-se.

315/87:

Do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que denomina "Léo de Almeida Neves" o Edifício-Sede do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, o qual convertido em Lei tomou o número 8802. - Anote-se. Arquive-se.

016/88:

Do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o LAR PRÓ-IDOSO, com sede no Município de Campina

Grande do Sul e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 8803. - Anote-se. Arquivo-se.

042/88:

Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. MATHIAS LEH, o qual convertido em Lei tomou o número 8804. - Anote-se. Arquivo-se.

060/88:

Do Senhor Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que declara de Utilidade Pública a INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA SERGIUS ERDELYI, com sede e foro no Município de Tijucas do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 8805. - Anote-se. Arquivo-se.

069/88:

Do Senhor Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE BACHARÊIS EM TURISMO - APBT, com sede na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o número 8806. - Anote-se. Arquivo-se.

088/88:

Do Senhor Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de Santo Antônio do Caiuá, o qual convertido em Lei tomou o número 8807. - Anote-se. Arquivo-se.

129/88:

Do PODER EXECUTIVO, que concede pensão mensal no valor de dois salários-mínimos de referência a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito do Município de Boa Vista da Aparecida, CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, o qual convertido em Lei tomou o número 8808. - Anote-se. Arquivo-se.

158/87:

Do Senhor Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SÃO PEDRO DE ITAPERUÇU, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 8809. - Anote-se. Arquivo-se.

333/87:

Do Senhor Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CIANORTE, com sede e foro no Município de Cianorte, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8810. - Anote-se. Arquivo-se.

136/88:

Do Senhor Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que altera o artigo 35 e seu parágrafo

único, da Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986, o qual convertido em Lei Complementar tomou o número 043. - Anote-se. Arquivo-se.

192/88:

Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o equivalente a US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares dos EUA), na forma, condições e para os fins que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 8811. - Anote-se. Arquivo-se.

206/88:

Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado e aos Orçamentos próprios das Autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e órgãos de regime especial até as quantias que especifica, em acréscimo às autorizações contidas nos artigos 5º e 8º, da Lei nº 8666, de 14 de dezembro de 1987, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 8812. - Anote-se. Arquivo-se.

185/87:

Do Senhor Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o Serviço Social de Segredo - SSSG, com sede e foro no Município de Pinhão, o qual convertido em Lei tomou o número 8813. - Anote-se. Arquivo-se.

323/87:

Do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina de PADRE LUIZ LUISE, a Rodovia PR-574, via de acesso que liga a BR-369 ao Município de Cafelândia, o qual convertido em Lei tomou o número 8814. - Anote-se. Arquivo-se.

334/87:

Do Senhor Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - ASDIOE, com sede e foro na Capital do Estado, o qual convertido em Lei tomou o número 8815. - Anote-se. Arquivo-se.

367/87:

Do Senhor Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE FORÇA DA NATUREZA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 8816. - Anote-se. Arquivo-se.

005/88:

Do Senhor EZEQUIAS LOSSO, que declara

de Utilidade Pública a CASA DO POETA EDUARDO DINIZ, com sede e foro em Ibiaporã, o qual convertido em Lei tomou o número 8817. - Anote-se. Arquivo-se.

028/88:

Do Senhor Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a UNIAO UMBANDISTA PAI JOAO DE ARUANDA, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o número 8818. - Anote-se. Arquivo-se.

052/88:

Do Senhor Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SANTA MARGARIDA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 8819. - Anote-se. Arquivo-se.

062/88:

Do Senhor Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Doutora CARMEM AMIN GANEM, o qual convertido em Lei tomou o número 8820. - Anote-se. Arquivo-se.

083/88:

Do Senhor Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO LOTEAMENTO JARDIM ANA PAULA, com sede e foro na localidade de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o número 8821. - Anote-se. Arquivo-se.

285/87:

Do Senhor Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que dispõe sobre concessão ao Sindicato Rural de Guarapuava, de autorização especial para dar como garantia a entidades oficiais de crédito o imóvel cuja matrícula específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 8822. - Anote-se. Arquivo-se.

051/88:

Do Senhor Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM PARAÍSO, JARDIM VALÊNCIA, JARDIM SILVANIA, JARDIM PLANALTO e LOTEAMENTO RECANTO DOS PAPAGAIOS, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o número 8823. - Anote-se. Arquivo-se.

054/88:

Do Senhor Deputado ALEXANDRE CERANTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E UMUARAMA - ACTU, Associação Civil, prestadora de serviços, sem fins lucrativos, sediada na Cidade de Umuarama-Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8824. - Anote-se.

Arquivo-se.

057/88:

Do Senhor Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL DE ÁGUAS CLARAS, com sede no Conjunto Residencial Águas Claras, localizada na estrada da Ratada, no Município de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o número 8825. - Anote-se. Arquivo-se.

059/88:

Do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE SIQUEIRA CAMPOS - APAE, com sede foro no Município de Siqueira Campos, o qual convertido em Lei tomou o número 8826. - Anote-se. Arquivo-se.

091/88:

Do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM GUARAITUBA, com sede e foro na cidade de Colombo - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8827. - Anote-se. Arquivo-se.

099/88:

Do Senhor Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública o LAR BENEFICENTE FREDERICO OZANAM, com sede e foro no Município de Iporã, o qual convertido em Lei tomou o número 8828. - Anote-se. Arquivo-se.

100/88:

Do Senhor Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 8829. - Anote-se. Arquivo-se.

102/88:

Do Senhor Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a COOPERATIVA BRASIL DE TRANSPORTES LTDA - COBRAT, com sede e foro na cidade de Campo Largo, o qual convertido em Lei tomou o número 8830. - Anote-se. Arquivo-se.

108/88:

Do Senhor Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública a ASSISTÊNCIA SOCIAL EVANGÉLICA DE CASCAVEL - PARANÁ, com sede e foro em Cascavel - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8831. - Anote-se. Arquivo-se.

122/88:

Do Senhor Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ESTADO DO

PLANEJAMENTO, com sede e foro em Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8832. - Anote-se. Arquite-se.

125/88:

Do Senhor Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA LONDRINA, com sede e foro no Município de Nova Londrina, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o número 8833. - Anote-se. Arquite-se.

128/88:

Do Senhor Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL DE ASSISTÊNCIA AOS AGRICULTORES DE VERA GUARANI, Município de Paulo Frontin, com foro na cidade de Mallet, o qual convertido em Lei tomou o número 8834. - Anote-se. Arquite-se.

148/88:

Do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA UNIAO E CARIDADE, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 8835. - Anote-se. Arquite-se.

115/86:

Do Senhor ex-Deputado PÉRICLES PACHECO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a entidade ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE TELÊMACO BORBA, com sede e foro em Telêmaco Borba - PR, o qual convertido em Lei tomou o número 8836. - Anote-se. Arquite-se.

141/86:

Do Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a entidade ABRIGO BOM PASTOR, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, o qual convertido em Lei tomou o número 8837. - Anote-se. Arquite-se.

168/87:

Do Senhor Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública o CORAL FOLCLÓRICO ITALIANO SANTA FELICIDADE, com sede e foro à Avenida Manoel Ribas n. 6.376, nesta Cidade, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.838. Anote-se - Arquite-se.

192/87:

Do Senhor Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MAES DE MATO QUEIMADO, com sede e foro em Canoas, Distrito de Água Azul, Município da Lapa - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.839. Anote-se - Arquite-se.

198/87:

Do Senhor Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO PARTICULAR DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA, com sede e foro no Município de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.840. Anote-se - Arquite-se.

286/87:

Do Senhor Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS SUBAQUÁTICAS, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.841. Anote-se - Arquite-se.

023/87:

Do Senhor Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IPORÁ - APAE, com sede e foro no Município de Iporá - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.842. Anote-se - Arquite-se.

109/88:

Do Senhor Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que dispõe sobre a adoção de medidas para a colocação de grades ou redes protetoras nas laterais do "ferry boat" que liga Caiobá a Guaratuba, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.843. Anote-se - Arquite-se.

144/88:

Do Senhor Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Doutor OSEAS DE CASTRO NEVES, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.844. Anote-se - Arquite-se.

378/87:

Do Senhor Deputado FERRARI JÚNIOR, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor SAMUEL SILVEIRA, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.845. Anote-se - Arquite-se.

038/88:

Do Senhor Deputado FERRARI JÚNIOR, que denomina de LUIZ CARLOS MACENTE a Rodovia que liga os Distritos de Aquidabã e São Miguel do Cambuí, em Marialva, o qual convertido em lei tomou o n. 8.846. Anote-se - Arquite-se.

313/87:

Do Senhor Deputado HOMERO OGUIDO, que denomina COMENDADOR FRANCISCO AGUDO ROMÃO, a Rodovia PR-537, que liga Florestópolis a Santa Margarida (Bela Vista do Paraíso), o qual convertido em Lei tomou o n. 8.847. Anote-se - Arquite-se.

310/87:

Do Senhor Deputado DAVID CHERIEGATE, que denomina de CENTRO DE SAÚDE LUIS LUISE, o Centro de Saúde V - ampliado, que se encontra em fase inicial de construção, pertencente à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.848. Anote-se - Arquive-se.

Sob o n. DTL/137/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n. 034/88, em razão do fato de a entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública pela Lei n. 8.382, de 14 de outubro de 1986. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/150/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado o Projeto de Lei n. 126/88 que dispõe sobre a composição da Câmara Municipal de Colombo para a próxima legislatura, objetivando sua alteração para o número de 11 (onze) Vereadores. À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício n.º 144/88

Curitiba, 25 de julho de 1988.

Senhor 1º Secretário:

Venho através deste, encaminhar programação do 9º Encontro Nacional de Entidades de Defesa do Consumidor, com a intenção de solicitar de Vossa Excelência a designação como representantes desta Casa, os Senhores Deputados membros titulares da Comissão de Defesa do Consumidor.

Limitado ao exposto e contando com sua atenção, valho-me da oportunidade para reiterar protestos de estima.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) PAULO FURIATTI

Of. n.º 4237/88/GPA

Curitiba, 22 de julho de 1988.

Senhor 1º Secretário:

Dirijo-me a Vossa Excelência, com o presente para comunicar-lhe que, atendendo convite, da Comissão Executiva Nacional (ANDAL), conforme Telex n.º 02112 de 08.07.88, por anexo, para participar na Cidade de RENO/NEVADA dando prosseguimento a Convênio firmado pela ANDAL/UIP e NATIONAL CONFERENCE OF STATE LEGISLATURE, bem como STATE UNIVERSITY, devo ausentar-me do País no período de 23.07 à 03.08.88, cujas despesas decorrentes correrão às minhas despesas.

Valendo-me da oportunidade, reitero-lhe protestos de distinta consideração.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

ANTÔNIO ANNIBELLI

Presidente.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.º 009

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de pesar pela morte do jovem LUIZ ROBERTO PEREZ.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N.º 044

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Senhor Roberto Vezoso votos de pesar pelo falecimento de sua mãe Angelina Vezoso, residente em Londrina, Estado do Paraná, na Alameda Miguel Blasi, n.º 40, centro.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N.º 012

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de congratulações pela realização do 10º Encontro Estadual de Comitês Educativos realizado nos dias 21 e 22/07/88 em Cascavel-PR., através de promoção da SEAB/EMATER - PR e COOPAVEL.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas: Dr. José Fernandes Jardim Júnior, Mui Digno Presidente da EMATER-PR (Rua da Bandeira, 171, Ahu - Curitiba-PR); Dr. Carlos R. V. Krüger, Dr. Egor Webster, Dr. Leibnitz Agibert, Dr. Valdomiro Tormen, Dr. Silvio Tedéo, todos no mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.º 013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações à APS - Associação Paranaense de Suinocultores, pela realização do 7º Encontro Estadual de Suinocultores ocorrido no dia 22.07.88, em Palotina - PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. João Luiz Seimetz, MD. Presidente da APS, no seguinte endereço: Rua dos Funcionários, 1558 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N.º 014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, pelo transcurso do "Dia Internacional do Cooperativismo", comemorado no dia 02 de julho próximo passado.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao doutor Wilson Thiesen, Mui Digno Presidente da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações, à Comissão Pastoral da Terra do Paraná, pela realização da Romaria da Terra, ocorrida no dia 24 de julho de 1988, em São João do Ivaí-PR.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Padre Osvaldo Campos de Almeida, no seguinte endereço:

Praça da Igreja s/n°

São João do Ivaí-PR.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de Votos de Congratulações pelo transcurso do "Dia do Colono", comemorado no dia 28 de julho de 1988.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Antenor Beni, Mui Digno Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Paraná - FETAEP, e ao Senhor Paulo Carneiro Ribeiro, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Votos de Congratulações pela eleição e posse da nova diretoria da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jardim Alegre - APAE, para o biênio 88/90, realizada em 12.07.88.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Valdemar Paulini, Mui Digno Presidente da APAE, bem como aos demais membros da Diretoria, em anexo.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 018/88

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a formulação e consignação em Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, de votos de congratulações e de louvor, ao MM. Juiz Dr. Otávio Cesar Valeixo, pela indicação para assessoramento do Ministério da Justiça, na elaboração da Legislação de Trânsito e na criação de Varas Especializadas em Direito de Trânsito nos demais Estados da Federação, a exemplo do Paraná.

As duas varas especializadas existentes no Paraná foram criadas em 01.09.1978, portanto há 10 anos, são pioneiras e têm apresentado excelente resultado.

Pela sua trajetória de empenho e incansáveis estudos o Dr. Otávio César Valeixo, foi, agora, convidado a integrar a comissão de revisão do Código Nacional de Trânsito, que visa dotar o País de um código, à altura do caos que se instalou no trânsito brasileiro.

É o Paraná que está ora representando no Ministério da Justiça, por um dos seus melhores Juizes.

Represente esta nossa humilde proposição, o reconhecimento do Poder Legislativo, à brilhante carreira do Dr. Otávio César Valeixo, devotada ao estudo dos problemas, sempre em busca de soluções e que, culmina agora, com a elevação do nome desse ilustre paranaense à alçada nacional.

Que deste requerimento, seja dada ciência ao homenageado, ao Ministro de Estado da Justiça e ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 022

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais e com base no art. 134, § 1°, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à TOZETTO E CIA., de Ponta Grossa, a qual foi agraciada na pessoa de seus Diretores, no dia 16 fluente, "Dia do Comerciante", com a "Homenagem ao Mérito Comercial", oferecida pelo Sindicato dos Lojistas do Comércio e do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

Domingos Tozetto, nascido em 27 de abril de 1905, natural de Morretes-PR,

ainda jovem radicou-se na cidade de Ponta Grossa e iniciou sua vida comercial com um pequeno armazém sito à Av. Vicente Machado.

Algum tempo depois, o armazém foi transferido para a Rua Emílio de Menezes e posteriormente para a Rua Afonso Pena, onde se encontra até esta data.

Em 1951, sem nenhum funcionário e com uma área de 150m², passou a funcionar sob nova razão social: a TOZETTO E CIA.

Em 1973, com uma área ampliada para 500m², o armazém é transformado em Supermercado. Com o aumento do movimento, ocorreu a conseqüente necessidade da ampliação das instalações, elevando-se a área para 1.800 m² e o quadro funcional passou a contar com 20 pessoas.

Mas, o sucesso faz parte das atividades da empresa TOZETTO E CIA., e, em 1986, novas ampliações foram realizadas e Ponta Grossa ganhou a maior loja de Supermercado da cidade, com então 6.300 m².

Não parou aí, hoje, continuando sua caminhada pela estrada do sucesso e do progresso, o Supermercado, atualmente sob a direção dos Senhores José Domingos Lievore, Sady Lievore, Cyro Tozetto e Sérgio Domingos Tozetto, tem 173 funcionários e se encontra com uma área de 8.000 m², funcionando na quadra localizada entre as ruas Amazonas, Afonso Pena, Balduino Taques e Paula Xavier.

É indiscutível o altruísmo do trabalho desenvolvido pela Diretoria da empresa, os quais, rompendo barreiras, têm como objetivo primordial levar o progresso e o bem servir à comunidade princesina.

Sentimo-nos honrados em registrar aqui nossas mais sinceras e justas homenagens a este laborioso grupo, que tão merecidamente alcançou seu destaque no "Dia do Comerciante". Parabéns a Diretoria e funcionários da TOZETTO E CIA.

REQUEIRO que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

REQUERIMENTO N° 023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, registro nos Anais da Assembléia, de votos de congratulações pela restauração das Cavalhadas em Guarapuava.

REQUER, outrossim, que da decisão do Plenário se dê ciência desta menção ao Excelentíssimo Senhor Nivaldo Passos Krüger, Digníssimo Prefeito Municipal de Guarapuava, pelo seu dinamismo, que não mediu esforços para reviver uma tradição interrompida há 18 anos, quando pela última vez Guarapuava assistiu tal evento; ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, pelo prestígio e

apoio. Nossos agradecimentos aos Excelentíssimos Senhores René Ariel Dotti, Digníssimo Secretário de Estado da Cultura, José Carlos Gomes Carvalho, Digníssimo Secretário de Estado da Indústria e Comércio; a Senhora Tereza Hatue de Rezende, Pesquisadora do Museu Paranaense - Setor Folclore, e ao Senhor Antônio Lustoza de Oliveira, Pesquisador, antigo morador e ex-prefeito de Guarapuava, que desempenhou o papel de arauto nas Cavalhadas de 1928.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) CANDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A encenação festiva das Cavalhadas, hoje um importante folclore, tem sua origem na civilização ibérica, com suas manifestações épicas e propaladas intenções cristãs e nas lutas pela libertação da península, que, durante 40 anos, permaneceu sob a dominação moura de confissão muçulmana.

De grandiosa encenação, as Cavalhadas, com evoluções, simulações de batalhas e entreveros, resultam de um lado a exímia habilidade do cavaleiro, ao par da força e destreza do cavalo. Do outro lado, os diálogos arrogantes, impetuosos, a veemência das refregas, a graça da princesa, o enredo teatral, num palco de batalha em que a coragem e a generosidade ressaltam a personalidade dos figurantes - guerreiros fidalgos.

O caráter violento da refrega não encobre seu conteúdo romântico do torneio, em que o cavaleiro na praça de guerra procura galantear damas e senhoritas da assistência.

Os homens vibram com a força, agilidade e beleza dos movimentos guerreiros; as mulheres com a elegância e os gestos gentis dos cavaleiros. O tom festivo está presente em tudo.

Desde a metade do século passado Guarapuava realizava sua cavalhada que habitualmente coincidia com a Festa da Padroeira (2 de fevereiro) ou com a Festa de São Sebastião (20 de janeiro) e durava 3 dias. Dos grupos, faziam parte homens de posição política oposta e a disputa começava muito antes da festa, com o preparo das vestes, cavalos, armas e tudo mais, representando uma grande motivação que a todos envolvia e que culminava em confraternização.

Realizado pelos descendentes dos conquistadores, como culto à tradição e como evento atual ao consumo dos que buscam emoções e apresentações originais, as Cavalhadas de Guarapuava, pela imponência como pela fidelidade às origens medievais do acontecimento guerreiro, são das mais brilhantes e originais do Brasil, que doravante constará no calendário turístico de âmbito nacional.

Parabéns Guarapuava!

REQUERIMENTO N° 033

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Cidade Gaúcha, Senhor Gilberto Pedro Aita, bem como aos Vereadores com assento na Câmara Municipal daquele Município, votos de congratulações pela passagem do aniversário de Cidade Gaúcha, comemorado no dia 25 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 034

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Alto Piquiri, Senhor Luiz Carlos Barbosa, bem como aos Vereadores com assento na Câmara Municipal daquele Município, votos de congratulações pela passagem do aniversário de Alto Piquiri, comemorado no dia 25 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 035

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Maria Helena, Senhor Nelson dos Santos, bem como aos Vereadores com assento na Câmara Municipal daquele Município, votos de congratulações pela passagem do aniversário de Maria Helena, comemorado no dia 25 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 036

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Icaraíma, Senhor João de Paula, bem como aos Vereadores com assento na Câmara Municipal daquele Município, votos de congratulações pela passagem do aniversário de Icaraíma, comemorado no dia 25 de julho do corrente ano.

sário de Icaraíma, comemorado no dia 25 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 037

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilustríssimo Prefeito de Xanbrê, Senhor Alcides de Paula, bem como aos Vereadores com assento na Câmara Municipal daquele Município, votos de congratulações pela passagem do aniversário de Xanbrê, comemorado no dia 25 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto congratulatório ao Pastor Sérgio Abreu pela sua ordenação pela Igreja Cristo Vive e por sua considerável luta contra o uso e porte de drogas, que vem desenvolvendo com muita dedicação dentro e fora da Fundação para Preservação do Abuso da Droga (FUNDAP), entidade que ajudou a fundar, além de outras inúmeras atividades que tem efetuado junto a órgãos de combate contra o tráfico e uso de drogas.

Requer, outrossim, seja dada ciência ao ilustre Pastor da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de repúdio pelo artigo publicado na 14.ª página da edição de domingo, 19 de junho de 1988, do Jornal do Estado, de autoria da Senhora Anita Zippin Monteiro da Silva.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados o Senhor Roberto Novaes, Diretor da Redação do Jornal do Estado, os membros do Centro de Letras do Paraná, membros da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, e membros do Conselho Estadual da Condição Feminina.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Estado publicou na página

14 da edição do dia 19 de junho do ano corrente, domingo, um artigo assinado pela Senhora Anita Zippin Monteiro da Silva com o título "Os 4 pais de Bruna".

O artigo está cheio de inverdades.

Chegamos a qualificá-lo de ingênuo, mas uma análise mais profunda fez com que o qualificásemos de inconsequente.

Parece que esta senhora acredita que as enunciações de direitos humanos até aqui efetivadas são vazias de compromissos, a serviço da sua vaidade de escritora ou jornalista, prestando-se apenas a conversas de salão ou tertúlias acadêmicas.

Ela escreve ... "Há dois anos um casal israelense ... adotou uma menina". E mais adiante ... é estampada nas capas de revistas e jornais, como se mercadoria fosse só porque um casal de brasileiros a quer de volta".

Será que o texto sobreviveria a uma análise? "adotou" uma menina, a que prego? com a aquiescência dos seus pais e responsáveis? Seria incorreto dizer comprou uma menina? essa menina "apareceu nas manchetes de revistas e jornais como se fosse mercadoria", ou foi raptada, vendida, comprada aí sim "como se mercadoria fosse"!? "Só porque um casal de brasileiros a quer de volta"? apenas por isso? ou será que um casal que a ama, a quem ela pertence, de quem ela foi violentamente usurpada, que tem sofrido a sua perda e tem lutado com todas as suas forças para reavê-la, a quer de volta?

O artigo ainda fala muitas coisas que demonstram o desconhecimento e falta de sensibilidade da autora.

Diz que "há seis meses, o casal brasileiro tenta resgatar a Bruna ...", quando desde o momento em que a menina foi raptada, reavê-la tem sido o seu maior objetivo.

E os paradoxos continuam. "Há seis meses um casal israelense é perseguido ... Tudo isso porque querem ficar com a querida filha".

Não permanecemos insensíveis ao sofrimento do casal israelense, mas não podemos desconsiderar que este é o desejo do casal brasileiro há dois longos anos.

Os braços acalentadores dos pais israelenses são tão acalentadores quanto serão acalentadores o dos pais brasileiros e Bruna não ocupará um "berço gelado", no Brasil.

O berço que se tornou gelado quando dele arrancaram Bruna, será reaquecido com o amor, amadurecido no sofrimento da sua ausência.

Perguntamos ainda com que direito, e baseada em que foi escrita a frase. Se é que a mãe não doou esta criança, recebeu o seu quinhão, e depois se arrependeu. Porque, ter empregada morando no Pequeno Co-

tolengo ...", esquece a autora do artigo que nem todos aqueles que são pobres, que não nasceram em berço de ouro, deixam seus filhos fechados em suas casas.

E quanto a "caberá aos brasileiros e brasileiras que conseguiram arrancar dos braços da "Terra Prometida", o julgamento daqui a alguns anos, pela Bruna, se era isso mesmo que ela gostaria que acontecesse ..."

Não caberá aos brasileiros e brasileiras e muito menos aos insensíveis, ou porque não amam seus filhos ou porque amargam em esterelidade, julgar o futuro de Bruna.

Não são as "condições precárias da família" que estão sendo julgadas embora concordemos que no "país subdesenvolvido" onde vivemos, as injustiças nos aviltam e que só inverteremos tal quadro quando adotarmos na prática cotidiana das relações sociais, o respeito ao próximo e aos direitos fundamentais do homem e do cidadão quando entendermos que não é somente uma elite econômica e intelectual que tem direito à vida moral e material, às liberdades individuais e coletivas, à sobrevivência existencial, aos seus filhos, à felicidade.

REQUERIMENTO Nº 024

Senhor Presidente.

Este Parlamentar, no exercício do seu mandato, REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente à Associação dos Professores do Paraná e Sindicatos afins, manifestando solidariedade e apoio ao movimento reivindicatório a ser deflagrado pelos professores paranaenses, haja vista a insustentável situação por eles enfrentadas.

São estes trabalhadores os responsáveis pela formação do capital mais importante do Estado do Paraná, os seus cidadãos. Não haverá progresso e desenvolvimento, e, muito menos, justiça social, se não houver sólida formação intelectual dos principais agentes do desenvolvimento.

Por isso a remuneração justa dos professores é condição indispensável.

Requer, ao final, o envio de cópia deste expediente às entidades supra mencionadas.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO Nº 029

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Jorge Hauly, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, solicitando a correção mensal das OTN's fixadas para

faturamento de médias empresas.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Após a fixação de valores em OTN para faturamento de micros e médias empresas, as microempresas conseguiram a mudança da sistemática originalmente concebida, através da correção mensal da OTN sobre faturamento. Entretanto, as médias empresas ainda se encontram prejudicadas com a não aplicação de idêntico procedimento, com agravante de elevados índices inflacionários que promovem a defasagem dos valores fixados em janeiro de cada ano.

Para o fortalecimento das médias empresas, e conseqüente aumento da oferta de empregos em nosso Estado, é que solicitamos a correção das OTN's para o faturamento anual, em mensal.

REQUERIMENTO N° 030

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Milton da Nóbrega, solicitando a correção mensal da OTN nos faturamentos das médias empresas.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A fixação de valores em OTN's para o faturamento das médias empresas no mês de janeiro de cada ano representa valores defasados no primeiro semestre do ano. A exemplo das microempresas, cujas OTN's são corrigidas mensalmente, as médias empresas precisam de valores reajustados para aumentarem a oferta de empregos em nosso País.

REQUERIMENTO N° 031

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente da República, solicitando a correção mensal dos valores fixados em OTN para faturamento de médias empresas.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de que idêntica sistemática havia sido adotada, originalmente, para o faturamento de microempresas. Entretanto, após a elaboração de estudos mais realistas, decidiu-se por corrigir mensalmente as OTN's fixadas para aquelas empresas. Da mesma forma, as médias empresas precisam ser atendidas com essa mudança de sistemática

Curitiba, terça, em 02.08.88

porque diante de índices inflacionários crescentes, a fixação de 100 mil OTN's em janeiro de cada ano é insuficiente para o funcionamento normal das médias empresas.

REQUERIMENTO N° 038

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício à presidência da TELEPAR, solicitando estudo de viabilidades para instalação de Mesa de Extensões Telefônicas para atender a comunidade de Águas do Verê com o competente Orçamento do qual se dará ciência ao Legislativo do Município de Verê.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Águas do Verê é conhecida muito além das fronteiras do Estado do Paraná pela excelente qualidade de suas águas termais - procurada repentinamente por doentes colagenosos ou de pele. A reclamação constante - quase única e absolutamente unânime - é a relativa a falta de comunicação telefônica da sede dessa localidade com as demais regiões do País.

Esse fato, certamente, é um dos motivos relevantes do reconhecido atraso da evolução do principal negócio local, impedido de colocar-se entre pontos turísticos mais conhecidos, pela falta de comunicação.

A solicitação, pois, é procedente e seu atendimento ajudará Águas do Verê a emancipar-se, definitivamente, dos seus naturais impedimentos de crescimento, iniciando uma verdadeira caminhada de progresso.

Pelo exposto, rogamos o apoio dos nobres Pares desta Assembléia a quem agradecemos em nome do povo de Verê.

REQUERIMENTO N° 010

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado, solicitando se digne determinar a lavratura de ato oficial, pelo qual se promova a alteração dada aos Incisos "IV e V", da Lei n° 8.216/85, com a nova redação dada pelo Art. 1°, da Lei n° 8.297/86, propondo-se nessa nova redação que as empresas de táxi sejam alcançadas pelo benefício da isenção do IPVA, conforme justificativa em anexo.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição está pautada em apelos há muito empreendidos por proprietários de empresas de táxi, os quais, num esforço conjunto visam, através de expediente dirigido a Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, propiciar às empresas de táxi igualdade de tratamento ao dado aos veículos de propriedade de profissionais autônomos da atividade de taxistas, concedida pela Lei n° 8.218/85, Incisos "IV e V", com a nova redação dada pelo Art. 1°, da Lei n° 8.297/86.

O referido expediente, traz em seu bojo a alegação de que ao se legislar a respeito da isenção do IPVA (Lei n° 8.297/86), o legislador não obedeceu o ditame constitucional do "Princípio da Isonomia" (§ 1°, art. 153 - CF), deixando ao desabrigo do direito de isenção, as empresas de táxis, pois que no conteúdo dos Incisos "IV e V" supra citados esse princípio constitucional não foi obedecido, se não vejamos:

"IV - Utilizados no transporte de passageiros, na categoria de aluguel (Táxi), de propriedade de profissional autônomo da atividade de taxista";

"V - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte urbano e suburbano de pessoas, ou linhas interurbanas, quando a fixação da tarifa for de competência municipal".

Ora, porventura as empresas de táxis não prestam serviços no transporte público de passageiros em igualdade ao serviço que é praticado pelos veículos dos profissionais autônomos?

Os táxis, isto é, os veículos de propriedade de profissionais autônomos da atividade de taxista obtiveram o direito à isenção do IPVA, e quais os fundamentos que afastaram os veículos das empresas de táxis do mesmo direito de isenção do IPVA? Por acaso ambos os veículos não prestam o mesmo tipo de trabalho, ou seja "transporte público de passageiros na categoria de aluguel (táxi)?"

Dir-se-ia, então: "O primeiro é de profissionais autônomos e o segundo é de empresa, logo...!!!"

Mas, se é esse o fundamento, por que é que pelo inciso V, do art. 14 da lei em questão, concedeu-se Isenção aos Veículos das empresas (ônibus)?

As empresas de táxis também não têm a fixação da tarifa através da competência municipal?

Dá então, sustentar-se a fundamentação de que o princípio da isonomia, garantido pela Constituição Federal não ter sido respeitado quando da redação do projeto que originou os diplomas aqui focalizados, o que leva a deduzir que a isenção concedida aos veículos de taxistas autônomos e de empresas de transporte urbano,

suburbano (ônibus), etc., deve, por justiça e de direito, ser estendida aos veículos das empresas de táxis em razão da igualdade do trabalho que todas elas prestam à comunidade.

Por outro lado, é sabido que tantos os taxistas autônomos, como as empresas de táxis enfrentam problemas similares para subsistir, como: o alto custo dos combustíveis, dos lubrificantes, peças, manutenção e conservação, tudo aliado ao declínio do poder aquisitivo do povo, vêm fazendo com que a paga, o resultado financeiro, seja diminuto e sem oferecer às empresas condições para reposição de novos veículos, na salvaguarda do conforto, do bem estar e da segurança do usuário.

Assim, analisados estes aspectos, vem o Parlamentar contar com o apoio de seus Pares com assento nesta Casa de Leis, a fim de que a presente moção venha a se tornar uma realidade.

REQUERIMENTO N° 011

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a criação e instalação de Posto de Atendimento Bancário do BANESTADO, para a localidade de Crumaltina, Município de Fari-
nal.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O motivo desta solicitação prende-se ao fato da localidade de Crumaltina ser progressista e de uma população cada vez mais crescente, havendo a necessidade deste benefício.

REQUERIMENTO N° 019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor Dr. Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, Secretário de Estado da Educação, gerenciando pela implantação de ensino de 2° grau, profissionalizante e científico, na Escola Estadual Yvone Pimentel, nesta Capital.

Há mais de três anos, os alunos, professores, pais e envolvidos com a escola supracitada, enviaram solicitação à Secretaria de Estado da Educação, rogando pela implantação do ensino de 2° grau, a fim de atender-se à demanda ocasionada pelo inchaço populacional na região do Capão Raso, onde está localizada, nesta Capital.

Na oportunidade, parece-nos, a SEED

reportou-se afirmando não haver possibilidade de atendimento à reivindicação.

Entretanto, o grande número de estudantes em idade e condições de ingresso no segundo grau aumentou naquele ponto da Cidade, e hoje, novamente a comunidade da Escola Ivone Pimentel encaminha esforços pela implantação da modalidade de ensino visando atender aos jovens que anseiam pelo saber colegial.

Confiantes de que a SEED saberá dar ao presente, como proverbialmente tem feito, o devido encaminhamento, pela solução da problemática apresentada, solicitamos o envio de cópia deste requerimento, à Escola Estadual Ivone Pimentel, à sua Associação de Pais e Mestres e ao Grêmio Estudantil, à Rua Sebastião Malucelli, 532, no Bairro do Capão Raso, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 025

Senhor Presidente.

Este Parlamentar, no exercício de seu mandato popular, REQUER, após a manifestação o Plenário da Assembléia Legislativa do Paraná, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Reforma Agrária e Segurança Pública do Estado do Paraná, ao Delegado Regional do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário no Paraná e ao Prefeito Municipal de Pinhão-PR, solicitando providências imediatas no sentido de resolver ou encaminhar a solução para o problema que envolve a comunidade de Taquara, Município de Pinhão, de forma que possam, em paz, continuar trabalhando na terra que lhes pertence, conforme a carta-denúncia em anexo.

REQUER, ainda, o envio de cópia do mesmo expediente ao Senhor Domingos dos Santos e Senhor Valcílio Gonçalves, comunidade Taquara, Caixa Postal, 04 - 85.170 Pinhão-PR.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) PEDRO TONELLI

REQUERIMENTO Nº 032

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a seguinte solicitação:

- Pavimentação asfáltica do trecho que liga os distritos de Brasilândia e Hercilândia, no Município de Alto Piquiri, pelo programa de rodovias rurais do Estado.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Os Distritos de Brasilândia e Hercilândia, no Município de Alto Piquiri, apresentam um crescimento considerável, destacando-se, principalmente, na produtividade agrícola. O intercâmbio desses Distritos na área da agricultura se faz com grande intensidade, não só em trocas de sementes, como do saldo da produção e comercialização do mesmo.

Infelizmente, na atualidade, esse intercâmbio vem sendo muito prejudicado devido as péssimas condições da estrada que liga as localidades, uma vez que o transporte utilizado pelas mesmas é o rodoviário.

É neste sentido que estou propondo, aos nobres colegas deste Parlamento, o envio de solicitação ao Secretário de Estado dos Transportes, com o intuito de facilitar o trabalho desenvolvido por aquela região, que será possível com a pavimentação do trecho que liga os Distritos.

A concretização de tal pedido representará um avanço, não só aos munícipes de Alto Piquiri, como também ao povo dos demais municípios vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Dr. Antônio Lopes de Noronha, com solicitação em atendimento à reivindicação da população de Laranjeiras do Sul, da instalação de um destacamento policial para o referido Município, dotado de infraestrutura necessária para o bom atendimento.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa ao citado Município na pessoa do Excelentíssimo e dinâmico Prefeito e para o Presidente do diretório do PL em Laranjeiras do Sul, Senhor José Danilo Giacobbo.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Laranjeiras do Sul é um Município de vasta faixa territorial e que possui infraestrutura e população invejável. Entretanto, ainda não possui uma unidade de policiamento condizente, fazendo com que aumente consideravelmente a criminalidade. Tornaram-se constantes os roubos e assassinatos, deixando a população cada vez mais exposta aos infortúnios. Portanto a instalação do referido destacamento policial é, além de necessário, um direito dos cidadãos que trabalham e lutam por um Paraná melhor.

REQUERIMENTO N° 041

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Governador expressando congratulações pelo sancionamento da lei que proíbe o fumo em recintos fechados, onde sejam obrigatórios o trânsito ou a permanência de pessoas; tendo em vista que a constante luta contra os malefícios do fumo é antiga, por isso esta atitude do Excelentíssimo Senhor Governador é extremamente gratificante.

REQUER, outrossim, que seja reiterada a reivindicação de divulgação através das Secretarias de Estado da Saúde e da Agricultura, dos produtos químicos utilizados na produção e industrialização do fumo e sobre os malefícios que os mesmos provocam no organismo, já apresentada, por solicitação deste Deputado, por esta Casa em junho próximo pretérito.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 043

Senhor Presidente.

O Distrito Administrativo de Bourbonia, localizado no Município de Barbosa Ferraz, vêm alcançando nos últimos anos um intenso processo de desenvolvimento. Fruto do crescimento de nossa produção de grãos, que revela todo o potencial de nossa agricultura, a economia daquela localidade vem estimulando e incrementando a região.

É natural que, em virtude do próprio processo de desenvolvimento, que ocorra um aumento nas demandas judiciais da região. Surge como necessidade a criação de um Distrito Judiciário na própria sede da localidade, como forma de melhorar e deixar mais próxima da população os serviços da justiça.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador Mário Lopes dos Santos, solicitando do mesmo providências com vistas a, na próxima alteração da Divisão e Organização Judiciária do Estado, elevação do Distrito Administrativo de Bourbonia à categoria de Distrito Judiciário.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ANÉLIA HRUSHKA

REQUERIMENTO N° 042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao Jornal "Folha de Lon-

drina" que no último dia 30 de julho, publicou o artigo assinado pelo ilustre economista e professor universitário Luiz Antônio Fayet, denominado "Triticultura ou Tristecultura", bem como a transcrição nos Anais desta Casa do referido artigo.

REQUER, outrossim, seja dada ciência ao referido e conceituado veículo de comunicação e ao economista responsável pelo citado artigo.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O artigo retrata a incoerência do governo federal na adoção de medidas restritivas à cultura do trigo, depois de ter incentivado e gasto recursos consideráveis no desenvolvimento da atividade e no aprimoramento das variedades de sementes, visando o aumento da produção e produtividade e a respectiva auto-suficiência brasileira.

REQUERIMENTO N° 020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve em pleno uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, o artigo assinado pelo Senhor Luiz Augusto Xavier, publicado dia 3 de julho de 1988, domingo, caderno especial, sob o título "Era um gênio. E virou nome de torre".

O artigo fala sobre Gustave Eiffel. O texto dispensa justificativa.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 214/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO PARQUE TAROBÁ, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Parque Tarobá a que nos propomos declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e que tem por objetivo primordial a prestação de serviços sócio-comunitários aos moradores do Parque Tarobá, identificando, mobilizando ou formando novos grupos capazes de representar os mais altos interesses da comunidade, bem como congregá-la com o fim de propiciar a elevação da qualidade de vida.

Assim, considerando o relevante papel desempenhado pela referida Associação e a significativa contribuição emprestada à área social de nosso Estado, nada mais justo que venha a ser reconhecida de Utilidade Pública, ato este que se lhe atribuirá pelos méritos de sua direção e, conseqüentemente, pelos grandes feitos da Associação à comunidade do Parque Tarobá.

PROJETO DE LEI N. 215/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação JOSÉ GERARDO BRAGA, mantenedora da Creche Doutor José Gerardo Braga, com sede e foro a rua José de Alencar n. 418 na Cidade de Maringá, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1984, a Associação José Gerardo Braga, é mantenedora da Creche José Gerardo Braga, atendendo diretamente 120 crianças, na faixa etária de 4 meses a 6 anos, todos filhos de pessoas carentes e cujas mães precisam trabalhar fora para ajudar no sustento da família. A associação atende as crianças com alimentação sadia, vestuário adequado, preceitos de higiene, assistência médica e recreação, para que estas crianças não sintam a falta do carinho materno, durante o período em que permanecem na creche.

A associação através da sua diretoria, tem participado de todas as promoções e eventos que acontecem na Cidade, para que através destas festas possam arrecadar fundos para manterem a creche.

PROJETO DE LEI N° 216/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE DEFESA DOS DIREITOS INFANTO-JUVENIS, sociedade civil, sem objetivos lucrativos, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Ficam assegurados ao Conselho supra mencionado, todos os direitos e benefícios junto aos órgãos públicos e privados, na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Havendo sido fundado em 20 de agosto de 1987, o Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infanto-Juvenis, tem, como principal objetivo, a defesa dos direitos da criança e do adolescente, em todas as circunstâncias, inclusive a do menor carente em situação irregular, consoante dispõe o Art. 2º da Lei n° 6697, de 10 de outubro de 1979, que instituiu o vigente código de menores.

Entidade comunitária, sociedade civil sem objetivos lucrativos, tem sua sede e foro nesta Cidade de Curitiba, à Rua XV de Novembro, 621, 8º andar.

Infeliz da nação que não confia, incentiva e encaminha a sua juventude e as suas crianças porque esmigalha o seu próprio futuro, comprometendo os sonhos de liberdade e crescimento, signos incontesteis da prodigiosidade e audácia do novo, aliados à sabedoria dos mais experientes.

O conflito entre o novo e o velho é a síntese da própria relação entre o passado e o futuro e ele só não é prejudicial à sociedade, quando ambas as partes sabem, racionalmente, reconhecer, respeitar e cooperar pelo crescimento da outra.

Nessa sistemática de raciocínio, nada mais justo e nobre que o Estado reconhecer e incentivar as entidades que desenvolvem o importante papel de trabalhar com e pela juventude.

Oxalá represente nosso projeto pelo reconhecimento do Conselho Comunitário de Defesa dos Direitos Infanto-Juvenis, como de Utilidade Pública, nossos votos de agradecimentos e de incentivo pelo surgimento de outras associações congêneres.

PROJETO DE LEI N° 217/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVA ESPERANÇA - ASSERNE, com sede e foro na Avenida Rocha Pombo, 1453, na cidade de Nova Esperança - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem como objetivo principal declarar de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Municipais de Nova Esperança - ASSERNE, da cidade do mesmo nome.

A entidade fundada há muitos anos, vem prestando inestimáveis serviços aos associados, através de seus eventos sócio-cultural e desportivo. A documentação está correta, conforme preceitua a Lei n° 6994,

Diante do exposto, espero do Douto Plenário seu apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 218/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

PROJETO DE LEI Nº 219/88

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dois Vizinhos/Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Há dois anos a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Dois Vizinhos, fundada com o objetivo exclusivo de dar atendimento as pessoas desprovidas de assistência as suas deficiências físicas e sem a mínima possibilidade de conviver no seio da família, encontram na APAE, a atenção e o tratamento devido as suas necessidades.

A APAE, registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, é reconhecida pelo Município de Dois Vizinhos como Instituição de Utilidade Pública, tem preenchida as suas finalidades esperando também que seja reconhecida e aprovada como de Utilidade Pública por esta Assembléia Legislativa do Estado.

Tem a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais mantida a sua existência, graças a contribuição voluntária de seus munícipes, com donativos, rendas e outros auxílios que são aplicados exclusivamente para os fins sociais da entidade, que de alguma forma promove o desenvolvimento e ajustamento dos excepcionais integrando-os à sociedade. De caráter filantrópico assistencial preenche os requisitos exigidos onde os membros de sua Diretoria e pessoas interessadas, contribuem com sua participação direta sem visar promoção pessoal ou vantagem financeira.

Com a manifestação favorável dos Senhores Deputados desta Casa, após observa-

das as exigências de estilo, a APAE se sentirá recompensada pelos esforços que vem realizando pela existência e continuidade de sua obra de exclusiva finalidade social.

PROJETO DE LEI Nº 220/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Weiss-Scarpa", com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A "Fundação Weiss-Scarpa" tem por finalidade dar abrigo, amparo, assistência e internamento de crianças desamparadas ou abandonadas, ou cujo pátrio poder seja cassado judicialmente, reconhecidamente necessitadas, bem como assistência de ambulatório, ou mesmo hospitalar.

A "Fundação Weiss-Scarpa" tem caráter instrutivo, educacional, formação moral, disciplina e compostura, esporte e essencialmente profissional, mantendo, para isso, oficinas e instalações modelares para aprendizagem e produção, para que as crianças sejam preparadas para o trabalho decoroso e honesto e que tenham uma subsistência condigna.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 221/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica denominado "Estrada do Iate", o trecho PR-412, Cambaquaquara, com extensão de 3.500 metros, que liga Caiobá ao Iate Clube.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal iniciativa prende-se ao fato de que, o trecho PR-412, com extensão de 3.500 metros, é conhecido popularmente por "Estrada do Iate", além de prestar uma justa homenagem ao nosso Iate Clube de Caiobá.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei a apreciação de nossos Pares, solicitando sua aprovação para que mereça o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 222/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade da autoria do projeto de lei na súplica das leis sancionadas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 01.08.88

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

A autoria das lei emanadas do Poder Legislativo dará ao Parlamentar a imortalidade bem como, traduzirá nitidamente a tantos quantos lerem a lei, o conhecimento autoral.

PROJETO DE LEI Nº 223/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados em terrenos contíguos às rodovias federais, estaduais, vicinais em todo território paranaense.

Art. 2º - Os estabelecimentos comerciais de que trata o artigo primeiro, somente poderão obter autorização para acesso às rodovias, se se comprometerem junto ao órgão oficial competente a não vender ou servir sob qualquer alegação, bebidas com qualquer teor alcoólico.

Art. 3º - Os estabelecimentos comerciais, já possuidores da citada autorização ou com acesso às rodovias deverão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data da publicação desta lei, independentemente de notificação, encaminhar, compromisso, na forma do artigo segundo.

Parágrafo Único - As Prefeituras Municipais, responsáveis pela expedição dos respectivos alvarás deverão, no mesmo prazo, emitir novos alvarás com a proibição expressa da venda, guarda, depositagem ou fornecimento de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais abrangidos pela presente lei.

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais que descumprirem a presente lei, sob qualquer alegação, terão seus acessos à rodovia fechados, seus estoques de bebidas alcoólicas confiscados e os alvarás cassados além do pagamento da multa equivalente a 100 (cem) OTN's - Obrigações do Tesouro Nacional.

§ 1º - As bebidas alcoólicas confiscadas com base no presente artigo, serão leiloadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, devendo o produto dos leilões ser aplicado da seguinte forma: 20% (vinte por cento) em sinalização específica contra o

consumo de bebidas alcoólicas quando em rodovias e 80% (oitenta por cento) em programas de combate de alcoolismo.

§ 2º - O produto advindo das multas aplicadas deverá ser destinado à incrementação e equipagem da fiscalização do comércio proibido nesta lei.

Art. 5º - Os estabelecimentos comerciais, sobre os quais incidir a presente lei, não poderão, sob qualquer pretexto, atender ou servir freqüentes que, ostensivamente portem frascos contendo bebidas alcoólicas nas suas dependências.

Parágrafo Único - Estarão sujeitos a todas as sanções previstas os estabelecimentos comerciais que permitirem o consumo de bebidas alcoólicas em seu recinto.

Art. 6º - Nos inquéritos oriundos da prisão em flagrante por condução de veículo em estado de embriaguez alcoólica, quando ocorrido em rodovia, deverá constar obrigatoriamente o questionamento sobre o local de ingestão da bebida alcoólica, devendo a autoridade policial oficiar a Secretaria da Fazenda, para a adoção das medidas constantes desta lei.

Art. 7º - A Polícia Militar do Paraná, através do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual, dará a cobertura policial às equipes fiscalizadoras.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88

(a) RAUL LOPES.

PROJETO DE LEI Nº 224/88

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Espírita "Allan Kardec", com sede e foro no Município de Mariluz/Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.08.88

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita "Allan Kardec" fundado na Cidade de Mariluz/Pr. aos 11 dias do mês de março de 1984, de caráter fundamentalmente espírita, e declarado de Utilidade Pública pela Prefeitura Municipal de Mariluz, pela Lei Nº 848, de 17 de setembro de 1984.

O Centro tem como prioridade a assistência social em toda a sua extensão que é notoriamente reconhecida pela população local, como uma entidade de caráter beneficente religioso e sem fins lucrativos que se mantém com as doações, contribuições subvenções e auxílios, resultado de campanhas e festividades angariadas pelos membros de sua diretoria e de pessoas interessadas, que têm como meta a doutrina

aplicada por Allan Kardec, como também os estudos das manifestações espíritas e suas implicações científicas filosóficas e religiosas.

Possuindo personalidade jurídica há mais de 1 (um) ano se enquadra perfeitamente dentro do artigo 1º da Lei 6.994, sobre normas de declaração de Utilidade Pública, razão pela qual se aguarda a aprovação do presente projeto de lei.

E por todas estas considerações que apresentamos, o projeto de Utilidade Pública ao Centro Espírita "Allan Kardec" da Cidade de Mariluz/Pr., espera contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 225/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os escritórios, firmas ou empresas de prestação de serviços de cobranças, entidades afins ou congêneres, deverão obrigatoriamente fazer constar em seu contrato social, uma cláusula específica em que mencionado fique o nome de um advogado, seu escritório de trabalho e respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná.

Parágrafo Único - As informações de que trata o presente artigo, deverão também, constar em cartas de fácil visualização pelo público, nas referidas empresas.

Art. 2º - O advogado de que trata o artigo anterior ficará inteiramente responsável pelo assessoramento jurídico, pelas normas e diretrizes a serem obedecidas internamente pelas empresas cobradoras a que assessoram.

Parágrafo Único - As ações, reações, atitudes e comportamento dos funcionários das empresas de que trata a presente lei, são de responsabilidade do advogado no que se referir ao atendimento e orientações jurídicas.

Art. 3º - Os recibos, obrigatoriamente fornecidos pelas empresas cobradoras, deverão conter, entre outros dados, o nome da empresa titular do crédito, o valor principal do débito ou inadimplência, discriminando se for o caso de cobrança, outras taxas e ou emolumentos que cobrarem como acréscimo, fazendo constar valor e percentual na forma da lei.

Art. 4º - Sob pena de sumário cancelamento do alvará de funcionamento, ficam as empresas cobradoras terminantemente proibidas de formularem ameaças aos credores, coagindo os devedores a comparecerem aos mencionados escritórios para o pagamento de dívidas não reconhecidas pelo Poder Judiciário.

Art. 5º - A expedição de correspondência deverá ser feita de forma a não ser

possível a identificação do seu conteúdo, objeto, ou motivo, não podendo, externamente conter tarjas, ou qualquer indicação de "Aviso", sob pena prevista no artigo anterior.

Art. 6º - No que se referir a cobrança de taxas, juros, honorários deverão ser observados rigorosamente os limites legais, devendo a correção monetária ser feita com base nos índices oficiais do Governo Federal.

Parágrafo Único - Tabela constando claramente especificados os adicionais de que trata o presente artigo, deverá ser colocada em local visível dos estabelecimentos de cobrança para conhecimento público.

Art. 7º - Nos casos de dúvidas por parte do devedor, deverá o advogado responsável pelo assessoramento jurídico, prestar os esclarecimentos legais, propondo os valores calculados na forma do artigo 6º da presente lei.

Art. 8º - Se, no prazo, de 30 dias após o primeiro contacto com o devedor, não for possível acordo entre as partes, deverá a empresa cobradora enviar os títulos da dívida para protesto, iniciando, após isso, a cobrança judicial, caso não seja pago o débito ou inadimplência em cartório.

Art. 9º - As empresas, escritórios, entidades, afins ou congêneres, prestadoras de serviços de cobranças, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei, para as adaptações constantes, sob pena de cassação do alvará de funcionamento, independentemente dos demais efeitos legais, cíveis ou criminais cabíveis.

Parágrafo Único - A partir do trigésimo dia após a publicação desta lei, as Prefeituras Municipais, iniciarão a fiscalização permanente para o cumprimento da presente lei.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.09.88

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, existem escritórios de cobrança que, sem o devido assessoramento jurídico, exorbitam nas cobranças adicionais às dívidas principais, tais como: - altos honorários advocatícios, altos juros, correção monetária acima dos índices oficiais e aplicam outras taxas tais como: administrativa, processual e outras denominações, quando não, meramente calculam o valor a pagar, baseando-se em índices de tabelas próprias chegando a sobrepor o valor principal da dívida, acréscimos da ordem de 100% (cem por cento) ou mais ao mês, tornando inviável ao devedor inadimplente o resgate da dívida.

Por outro lado, o comportamento de alguns escritórios de cobrança no que se refere aos contactos com o devedor, são coercitivos e ameaçadores, não raro inadimplentes recebendo ameaças de arresto ou seqüestro de bens, sumariamente e sem o devido pronunciamento judicial.

Outro ponto constrangedor para o devedor é a forma veratória com que são expedidas as correspondências, com tarjas negras, constando no envelope frases tais como: "COBRANÇA", "ATRASSO", "ÚLTIMO AVISO", "MAU PAGADOR", "ESCRITÓRIO DE COBRANÇA" etc. expondo o eventual inadimplente em situação de descrédito perante a vizinhança ou comunidade em que vive.

Chega-se ao cúmulo de se ver "taxas e honorários" arbitrados de acordo com a renda familiar levantada através do "cadastro confidencial" preenchido por solicitação da empresa vendedora, a qual quebra o sigilo, fornecendo cópia ao escritório cobrador.

Via de regra, o devedor após coagido ao comparecimento nos escritórios recebe o valor a pagar sem que tenha conhecimento do que, em valor e percentual foi adicionado à dívida principal, não sendo, nem ao interessado fornecido os esclarecimentos necessários.

Há que se dar segurança a quem por qualquer motivo imperioso não pode saldar compromissos, de saber quanto e porque está pagando determinada quantia que lhe é cobrada.

Por outro lado deve-se valorizar o profissional liberal habilitado para dirimir as dívidas, propondo-lhe força através da responsabilidade para que, aqueles escritórios que não contam com o assessoramento jurídico, passem a tê-lo obrigatoriamente.

Fato comum é o de escritórios de cobrança, manterem os nomes dos inadimplentes em "cadastro de maus pagadores" não providenciando o protesto de cobrança judicial, porquanto os procedimentos legais ou cobrança judicial, não lhes permitiria o abuso nos cálculos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do Partido dos Trabalhadores, se fará uso do seu Horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

É lamentável afirmar, mas é verdade que a irresponsabilidade dos nossos governantes está gerando um clima de intranqui-

lidade e tensão social sem precedentes.

O mal exemplo parte de Brasília, sendo seguido pelo Governo do Estado e chega até a Prefeitura de Curitiba.

A política salarial conduzida pelo Ministro Mailson da Nóbrega, é no mínimo imoral, pois está sendo o fator gerador de mais pobreza e mais miséria.

O mais revoltante, é que enquanto o Governo José Sarney controla os salários com mão de ferro, demonstra total incapacidade de combater a inflação.

O Governo José Sarney que tem a capacidade de congelar a URP ao arrepio da lei, permanece imobilizado diante da escalada dos preços, que torna o custo de vida insuportável para a maioria da população. As incoerências da política atual, só podem conduzir a uma implosão social. Os indícios são claros. Há uma revolta latente no seio da população. As greves tendem a se tornar incontrolláveis, mesmo com o uso da repressão. O Governo tem adotado uma política de preços e tarifas em conformidade com a variação do índice inflacionário. Enquanto isso, achata os salários.

Temos que ser sinceros neste momento. Chega de meias palavras. A situação do país tornou-se definitivamente insuportável. Os assalariados, pressionados pelo desespero, começam a tomar medidas extremadas.

Em São Paulo, os empregados dos correios em greve há mais de vinte dias. Por ordem do maquiavélico Ministro Antônio Carlos Magalhães, novecentos e vinte trabalhadores já foram demitidos. É uma batalha suicida. Não há outro caminho. Entre passar fome trabalhando e viver o pesadelo de desempregados, os trabalhadores estão arriscando tudo.

É revoltante saber que o país tem como Ministro pessoas indignas como Antônio Carlos Magalhães. É vergonhoso saber que o Governador Álvaro Dias dá toa ao pior Governo José Sarney que abriga pessoas do caráter de Antônio Carlos Magalhães.

Esta é mais uma das afinidades que Paraná possui em relação ao Governo José Sarney. Que o digam os servidores públicos estaduais, penalizados pelo arrocho salarial do Governo do PMDB.

A lembrança do passado deve envergonhar muitos políticos do Partido que governa. O afastamento dos compromissos assumidos em palanques em repetidas campanhas, com relação às práticas atuais é uma verdadeira afronta ao povo do Paraná.

O Governador Álvaro Dias, por exemplo, quando era Deputado Federal, em 1981, valendo-se da qualidade de professor, havia feito várias declarações, registradas pela imprensa paranaense, pelo Jornal "Folha de Londrina", especialmente, onde dizia: "A

greve só terá sucesso com a união de todos os professores". "Quem não luta pelos seus direitos não merece ter nenhum direito".

E dizia mais: "A educação brasileira encontra-se numa situação de verdadeira tragédia pelo desinteresse dos governantes".

Todas essas declarações referiam-se ao movimento de reivindicação salarial dos professores. Pois bem, agora, em 1988, o comportamento do mesmo Governador Álvaro Dias, investido neste mandato tão importante, em nada recorda seus compromissos do passado.

Desde novembro de 1987, os mais de sessenta mil professores da rede estadual, através das suas entidades de classe, empenharam-se em dialogar com o governo do Estado, apresentando de forma serena suas reivindicações.

Eles tiveram uma paciência de Jó. Acreditaram nas promessas do governo Democrático do PMDB e foram concedendo tempo para que a Secretaria de Estado da Educação apresentasse uma proposta.

Finalmente, no dia 04 de julho receberam uma resposta e o governo do Paraná disse não aos professores.

Empobrecidos pelas perdas salariais que já somam 52%, os professores decidiram continuar o movimento, aprovando como indicativo de greve o dia 5 de agosto, nesta semana, e o Governo do Paraná ao invés de reabrir o diálogo passou a usar os argumentos de sempre, os argumentos que ele usou contra os trabalhadores sem-terras, contra os pequenos proprietários rurais.

A mesma resposta que receberam a família universitária, os servidores públicos, o Governo do Paraná deu aos professores no dia 05 de julho passado.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é lamentável. Mas a prática do poder infelizmente decepciona a maioria do povo brasileiro, do povo do Município de Curitiba, do povo do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente. Era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a Representação do PL.

(Declina). Havendo declinado, com a palavra a Representação do PTB.

(Declina). Havendo declinado, com a palavra a Representação do PDS.

(Declina). Havendo declinado, com a palavra a Representação do PFL.

(Declina).

Com a palavra a Representação do PDT.

Concedo a palavra ao nobre e jovem Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Venerável Presidente, Senhores Deputados.

Este Horário das Lideranças do PDT vai

ser dedicado à Cidade de Curitiba porque nós temos visto se multiplicarem nos vídeos das televisões os anúncios do Senhor Prefeito de Curitiba, dizendo dos quilômetros de ônibus que ele tem comprado para esta Cidade.

Em primeiro lugar eu quero comunicar à Assembléia que o Prefeito da Cidade não sabe fazer contas. Quando diz que comprou 8 quilômetros de ônibus, ele se equivoca porque, se comprou 55 ônibus, 55 vezes 21 é igual a 1 quilômetro e 155 metros. Sua Excelência, portanto, multiplica por 8 tudo o que faz.

Em segundo lugar há que se registrar para a história desta Assembléia e desta Cidade a alta traiçoieira feita à sorrelfa na noite do último domingo das passagens de ônibus desta cidade em 10 cruzados. Houve gente que voltou do ponto de ônibus, houve crianças que faltaram na escola. No entanto, ao Prefeito pouco se lhe dá, como também ao PMDB pouco se lhe dá.

Vai o nosso Senhor Presidente passear na "República de Titicaca" e ficamos aqui neste imenso Brasil. Que de "Titicaca" venha alguma solução.

Vejam só, com relação ainda ao transporte de Curitiba. O Fundo de Aquisição da Frota Pública, em fevereiro de 1987, logo antes de o Senhor Stênio Jacob consumir um mês e meio de contabilidade da URBS, a tarifa era de 2 cruzados e 60 centavos, e o Fundo era de 0,1512 parcelas do cruzado, hoje tão miserável. De 1º de julho de 1988 a 20 de julho de 1988 a tarifa passou a ser de 35 cruzados, e o Fundo passou a ser de 6 cruzados.

Eu examinei os balanços do transporte coletivo da Cidade, aqueles que me negou o BANESTADO como Deputado, mas que concedeu ao Prefeito e aos Vereadores de Curitiba. Vi, por exemplo, que a URBS não apresentou as receitas correspondentes à aquisição da frota pública durante o mês de fevereiro de 1987 quando a frota foi instituída que os extratos do BANESTADO referentes à aplicação em "Open-Market" iniciam-se em 12 de março de 1987 com saldo zerado.

O que aconteceu, hein!, com a arrecadação da URBS de 02 de fevereiro a 11 de março de 1987? O que aconteceu com as 800 mil passagens por dia vezes os 30 dias, aplicadas as taxas de mercado naquele remoto mês da inauguração da dita frota do povo.

O fundo para aquisição da frota, instituído em 02 de fevereiro de 1987 correspondia a 5,8% da tarifa em vigor. Hoje esta relação está em quase 20%, ou seja, o usuário do transporte coletivo é penalizado hoje em 6 cruzados cada vez que paga a passagem para que a administração municipal possa fazer média com o dinheiro do povo e das empresas que pagam o vale-

transporte compulsório.

A contribuição compulsória assumiu proporções gigantescas. Basta ver que ela aumentou 40 vezes, ou seja, 3868 vezes por cento. O custo de vida no período aumentou 1216 vezes por cento.

Sabe quanto se arrecada por dia para o dito Fundo da Frota do Povo? Cinco milhões de cruzados; por mês 108 milhões de cruzados por ano, 1 e meio bilhão de cruzados. Se não houver mais um assalto à população, com a elevação do percentual, para que a administração possa contrair as dívidas que fez por causa deste fundo.

É muito fácil administrar assim. Cada vez que o Poder Público precisa pagar a sua dívida basta aumentar a tarifa. Hoje o maior interessado em subir os preços das passagens de ônibus desta cidade, não é o nobre Deputado Erondy Silvério, como discursava o Senhor Roberto Requião, o voltar atrás de antanho, o nunca mais de antanho, hoje, o maior interessado em aumentar o preço das tarifas é o Prefeito de Curitiba, o Doutor Roberto Requião de Mello e Silva.

Afinal, quem paga é o povo e principalmente as empresas que recolhem compulsoriamente o vale transporte. Quem paga o pato é a dona de casa, o ambulante, o autônomo, o desempregado, o estudante, enfim, a maior parte da população.

Eis aí o resultado do "Tudo pelo Social" e do "Voltar atrás nunca mais". Eis aí a sequência, o desdobramento nestes planaltos destes governos inspirados no Inca ou na República de Titicaca.

Deputado Erondy Silvério, eu tinha concedido um aparte ao Deputado Algaci Túlio e pela ordem eu lhe concedo com o maior prazer.

O Sr. Algaci Túlio- Obrigado, Deputado Rafael Greca.

Eu queria dizer Deputado, que este aumento na calada da noite, talvez, depois da derrota sofrida pelo Prefeito Roberto Requião, da prévia do seu Partido na escolha do vice, causou um rombo violento no bolso do trabalhador curitibano. Porque vejamos, a tarifa do ônibus subiu 28,5%, ao passo que o salário teve um aumento de apenas 17,68%. E além do mais, o aumento na tarifa do transporte coletivo foi além da inflação que está acontecendo.

Vejam bem: o piso salarial de salários foi de 245,67%, enquanto que as tarifas de ônibus em Curitiba tiveram um acréscimo de 271,55%. Este foi o presente dado pelo Senhor Roberto Requião no primeiro dia de agosto depois da sua derrota na pré-convenção do PMDB.

É lamentável que o curitibano, e disse bem Vossa Excelência, muitos pais tiveram que ir aos colégios levar dinheiro, buscar

os filhos porque eles saíram de casa pela manhã, com o dinheiro da passagem de ida e volta, no preço anterior, sem saber que havia acontecido o aumento da passagem. Foi a malvadeza na verdade feita pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva em cima do curitibano.

O SR. RAFAEL GRECA - É, de repente o povo não pede mais que a passagem não suba, só pede para ser avisado antes.

Concedo aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério- Eu agradeço Vossa Excelência e quero ser rápido, pois o tempo de Vossa Excelência está se esgotando. Mas o pior em tudo isso, nesse aumento, é que o Prefeito Roberto Requião, fez a sua campanha baseada em acusações levianas contra os empresários e decorrida quase toda a sua gestão, não vi ainda ele colocar nem um empresário na cadeia. Todos eram ladrões e ele não colocou nenhum na cadeia. Está faltando com o dever maior para com a população de Curitiba, mas o pior de tudo é que ele colocou, digo, aumentou 28,5% na passagem, aumentou o Fundo de Frota Pública em 33% e a remuneração dos quilômetros trabalhados, em apenas 24%. Vejam aonde está a solécia, a safadeza do Prefeito. E ainda, o mais grave, não sei se Vossa Excelência sabe. Ele deixa CZ\$ 2,10 de cada passagem para reserva técnica. Isto não existe na contabilidade pública. Isso é antecipação de receita e é crime previsto em lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa concede mais um minuto para Vossa Excelência concluir seu raciocínio.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Erondy Silvério, Algaci Túlio, lamento Deputado José Felinto que não lhe possa dar o aparte, mas eu vi, quando entrava na Sessão, entrava também um fâmulos trazendo um papagaio. Eu acho que esta Assembléia deve começar esta Sessão Legislativa, exorcizando a possibilidade de nos transformarmos em papagaios do poder. Fiquem os papagaios nas varandas, saiam das tribunas.

Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Com a palavra, a representação do PMDB. Declina.

Havendo declinado, passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, comunicando

que irá ausentar-se do País no período de 23 de julho a 03 de agosto do corrente ano. Ciente. Inclua-se no expediente do dia 2 de agosto de 1988.

Ofício de autoria do Sr. Deputado Paulo Fioratti, solicitando autorização para que os membros da Comissão de Defesa do Consumidor, possam representar esta Casa no 9º Encontro Nacional de Entidades de Defesa ao Consumidor. Inclua-se no expediente do dia 02 de agosto de 1988.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Germote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 179/88, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 8.178 e doa ao Município de Andirá o imóvel de propriedade do Estado, constituído pela área de terras com 4.710,64m², constante da matrícula nº 4.145-F.52-Livro 2-T do Registro de Imóveis de Andirá e demais especificações. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.T.J.C., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Em REGIME DE URGÊNCIA. Emenda. Aprovada. Projeto. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

372/87, de autoria do Deputado Nestor Baptista, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Nelson Comel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 147, de 02.12.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 372/87

PARECER:

O presente projeto de lei, de iniciativa do Deputado Nestor Baptista, objetiva a concessão de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Jornalista Nelson Comel.

O plano de lei ora em referência, encontra respaldo no Regimento Interno desta Casa de Leis, devidamente amparado, por outro lado, na legislação atinente, ou seja, Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, que preceitua as condições necessárias para tal fato.

No que tange a esta Comissão, inexistem óbices legais que possam prejudicar o normal andamento do projeto por esta Casa de Leis.

Em tais condições, nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 377/87, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO CULTURAL CENTRO FILOSÓFICO DELFOS", com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 147, de 02.12.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 377/87

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação Cultural Centro Filosófico Delfos" com sede e foro nesta Capital.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da Lei nº 6.994, datada de 10/01/78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi registrada em 1984, tendo conseqüentemente personalidade jurídica já mais de um ano e que está em efetivo exercício junto a comunidade de maneira desinteressada, ou seja, não tem fins lucrativos e prestando serviços culturais e artísticos, promovendo a fraternidade humana.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 379/87, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e Amélia Hruschka, que declara de Utilidade Pública o "CAPÍTULO ÁGUA VERDE-AMORC, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 148, de 03.12.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 379/87

PARECER:

De autoria dos ilustres Deputados Amélia de Almeida Hruschka e Orlando Pessuti, o presente plano de lei tem, por objetivo, seja declarado de Utilidade Pública o "Capítulo Água-Verde/AMORC, com sede e foro nesta Capital.

Analisado por esta Comissão, observa-se que o projeto se encontra devidamente instruído com as peças exigidas pela legislação específica, ou seja, Lei n° 6998, de 10 de janeiro de 1978, reguladora da matéria.

Nestas condições, inexistem quaisquer impedimentos de ordem legal e constitucional que possam prejudicar sua normal tramitação por esta Casa de Leis, razão por que o parecer lhe é favorável.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.05.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 15/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que institui o Dia do Teólogo a ser comemorado a cada ano no dia 30 do mês de novembro. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 03, de 02.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 15/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Ezequias Losso, o presente plano de lei tem por finalidade instituir o Dia do Teólogo a ser comemorado a cada ano no dia 30 do mês de novembro.

A matéria atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais para a sua tramitação por esta Casa de Leis.

A iniciativa do ilustre Deputado é das mais louáveis, pois sendo o teólogo um líder, de tão relevante formação, nada mais justo do que um dia em nosso calendário para homenageá-lo.

Assim sendo, a presente iniciativa recebe parecer favorável desta Comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.04.88

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;

BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 15/88

PARECER:

O Projeto de Lei n° 15/88, de autoria do Deputado Ezequias Losso, tem por finalidade instituir o "Dia do Teólogo", a ser comemorado a cada ano no dia 30 de novembro.

Analisando a presente matéria, esta Comissão entende a validade da proposta, e fundamenta-se para tanto, na justificativa do seu autor, quando diz que "o teólogo procura sempre racionalizar uma fé que é algo da natureza mística emotiva direcionada para controlar a natureza humana", e ainda, quando enfatiza uma das qualidades exigidas para um teólogo, ou seja, a liderança, para comandar ou orientar pessoas em qualquer tipo de atividades, aperfeiçoadas em faculdades mantidas pelas diferentes confissões religiosas.

Pela singularidade do campo de estudos do teólogo, pelo que ele pode acrescer ao campo cultural, é justa a proposta, que recebe parecer favorável da Comissão de Cultura e Esporte.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.88

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 73/88, de autoria do Deputado Raul Lopes, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Vereadores do Norte Pioneiro" com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 18, de 05.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 73/88

PARECER:

De iniciativa do Deputado Raul Lopes, o presente plano de lei, visa a declaração de Utilidade Pública da "Associação dos Vereadores do Norte Pioneiro", com sede e foro em Ribeirão do Pinhal.

Esta Comissão, instada a se pronunciar sobre o projeto, manifestou-se para que fosse providenciado o registro dos seus Estatutos Sociais, o que foi cumprido com a juntada da respectiva Certidão (fls. 14 do processo), com o que ficou sanada aquela omissão, encontrando-se em condições de prosseguir pelas demais Comissões desta Casa de Lei.

Por essa razão, não se vê quaisquer

impeditivos de caráter legal ou constitucional que possa obstacular sua normal tramitação e aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 31.05.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

Sobre a mesa, requerimento de nº 09, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 10, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 11, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 12, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 13, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 14, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 15, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 16, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 17, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 18, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 19, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 20, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. - **Apoiado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de nº 21, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 22, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 23, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 24, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 25, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. - **Em votação.**

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de nº 29, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 30, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 31, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 38, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 37, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 36, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 35, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 34, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 33, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 32, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 44, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 40, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Lativa.

Requerimento de n° 41, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 42, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. - Aprovado. A matéria acha-se transcrita no final desta Ata).

Requerimento de n° 39, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 43, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 372, 377 e 379/87, 15, 73 e 72/88.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 44/87.

Marca, ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 04, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 131 e 134/88.

Marca, ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 146 e 270/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 02 DE AGOSTO DE 1988.

ERA UM GÊNIO. E VIROU NOME DE TORRE

Luiz Augusto Xavier

Ele é conhecido apenas pela Torre.

Mas Gustave Eiffel

tem muitas outras obras que estão espalhadas pelo mundo.

"Não sei como um gigantesco pilar de

ponte pode ser particularmente atraente". A reação foi do engenheiro Gustave Eiffel, quando seu projetista lhe mostrou o esboço do que seria o monumento encomendado pelo governo francês para comemorar o centenário da revolução de 1789. Mas o prazo era curto, não havia tempo para se escolher outro projeto e a criação do jovem Maurice Koechlin foi apresentado por Eiffel aos líderes do movimento republicano, que procuravam atrair as atenções nacionais e internacionais para o novo e vitorioso governo da França.

E o gigantesco pilar da ponte tornou-se a obra-prima de Eiffel, adotando seu nome e ultrapassando a expectativa dos empolgados republicanos. Mais que chamar a atenção, a Torre Eiffel, tornou-se símbolo de Paris, símbolo da França.

Mas esse engenheiro nascido em Dijon, em 15 de dezembro de 1832, foi muito mais que o executor do vitorioso projeto. Quando convidado pelo governo, Eiffel já era conhecido por seu trabalho. Enérito construtor de pontes, atingiu fama internacional ao projetar a estrutura da Estátua da Liberdade e construir as comportas do Canal do Panamá. Gustave Eiffel chegou a cursar química, no Central Polytechnic de Paris, com o objetivo de trabalhar na empresa de um tio, especializado em pinturas. Com o crescimento do mercado da indústria de ferro e aço, mudou de ramo e diplomou-se em 1855, justamente no ano da Feira Mundial que apresentou a moderníssima locomotiva a vapor exigida por Charles Nepveu.

Desenhista de engenhos a vapor, com um bom estoque de ferramentas, formilhas, caldeiras, chapas de ferro, Nepveu acabou dando o primeiro emprego ao jovem engenheiro de Dijon, que vinha procurando colocação há uns bons meses. Mas havia poucas aberturas, o negócio era difícil e a empresa estava à beira da falência. Necessitando de experiência, Eiffel se ofereceu para continuar trabalhando sem o compromisso de pagamentos, ganhando comissões sobre o que produzisse. Apostou e ganhou.

O CONSTRUTOR DE PONTES

Seu grande sonho era construir a ponte de Bordeaux, importante ponto de ligação ferroviária da Compagnie des Chemins de Fer du Midi. As obras vinham sendo adiadas pela dificuldade que o terreno apresentava, desde as variações da maré, até a alteração constante do leito do rio e a grande extensão de uma obra para o local. Nepveu ganhou o contrato e Eiffel foi reintegrado para projetar a ponte a ser construída pelo engenheiro-chefe da Midi, Stanislas de La Roche-Tolay. O jovem engenheiro desenhou uma ponte reta de 500 metros, com sete vãos e teve de compensar

a baixa altura da margem com pilares altos, para permitir a navegação no rio Garonne. Embora a técnica ainda estivesse engatinhando, Eiffel decidiu utilizar o ar comprimido para tocar a obra e teve ótimos resultados em montagens debaixo d'água, demonstrando qualidades brilhantes como organizador e gerente de execuções.

Era o início de uma carreira de sucesso, que lhe permitiu aceitar alguns compromissos por sua própria conta, até abrir seu próprio escritório. Começou projetando as estações de Agen e Toulouse e cumpriu a encomenda de dois viadutos da linha Commeny-Gannat, completando as obras em tempo recorde. Sua fama se espalhou além da fronteira da França e em poucos meses trabalhava em obras na Romênia, Suíça, Espanha e até no Peru. Venceu uma concorrência para construir a estação ferroviária de Budapeste e seu conceito chegou ao ponto máximo com a ponte Maria Pia, sobre o rio D'Ouro, na cidade do Porto, Portugal, quando ganhou a concorrência contra os maiores construtores da época, Gouin, Five-Lille, Mead & Wrightson. A ponte se adaptou ao difícil terreno e teve seu custo três vezes menor que a proposta mais próxima a sua, graças a uma descoberta de Théophile Seyring, seu sócio, que encontrou a mais elegante intelectual e econômica solução para o problema: desde que era impossível erigir andaimes no rio, o arco de sustentação foi construído no sistema cantiléver em balanço, com os componentes trazidos à área através de barcas.

ESTRUTURAS METÁLICAS

Ao romper a sociedade com Seyring, Gustave Eiffel contratou o jovem Maurice Koechlin, formado pela politécnica de Zurique, que viria a ser o principal projetista de sua empresa e o responsável pela concepção da Torre Eiffel, alguns anos mais tarde. Um novo marco em sua carreira seria a ponte de Garabit, que diminuiria em 20 quilômetros a linha férrea do Cantal, ao cruzar o vale de Truyère. Foi um aperfeiçoamento do projeto da cidade do Porto, com dois arcos metálicos curvos que se encaixaram com perfeição milimétrica. O método foi patenteado pela Empresa Eiffel e serviu de linha básica do desenho dos 300 metros da Torre Eiffel.

Enquanto concluía Garabit, Auguste Bartholdi finalmente conseguiu viabilizar o projeto da Estátua da Liberdade, um presente do governo francês aos Estados Unidos. Com 46 metros de altura e 200 toneladas de metal, a maior estátua do mundo foi construída em chapas de cobre de 2,5 milímetros, para diminuir seu peso. Bartholdi pediu a Viollet-Le-Duc para que este dese-

nhasse a base para suportar o peso do monumento e fornecer resistência contra as forças horizontais do vento. Mas Le-Duc morreu em 1879, quando mal havia iniciado seu trabalho e Eiffel tomou seu lugar. Koechlin projetou a base de quatro feixes entrelaçados em forma-de-cruz, como um pilar de ponte. Empacotada em engradados, a Estátua da Liberdade seguiu de navio para Nova Iorque, onde foi inaugurada em 28 de outubro de 1886, na Ilha de Ellis.

CONDENADO À PRISÃO

Enquanto erguia a Torre Eiffel, o engenheiro teve problemas financeiros. Convidado por Ferdinand Lesseps para construir as comportas do Canal do Panamá, Eiffel sofreu com as dificuldades de um projeto mal preparado. As encomendas de Lesseps danificaram as finanças da companhia e Eiffel continuou retirando material mesmo sem pagar, com o consentimento do governo. Preocupados, os acionistas da empresa de Lesseps, não querendo admitir serem as dificuldades completamente subestimadas, exigiram cabeças rolando. A forte pressão da imprensa, de deputados, fez com que alguns dos envolvidos fossem condenados. Inclusive Gustave Eiffel, que, um ano depois de inaugurar sua torre, pegou pena de dois anos e multa de 2.000 francos, condenação relaxada alguns meses depois.

Interessado em meteorologia, Eiffel montou um observatório completo no alto da torre e no ano seguinte à inauguração instalou outro, em sua propriedade de Sèvres. Mais outros ainda foram abertos, permitindo que suas observações se transformassem no primeiro "atlas meteorológico", além de torná-lo o primeiro francês a prever que o vento, um velho inimigo das edificações, teria papel importante no desenvolvimento da humanidade. Eiffel conviveu com ele e chegou a construir um túnel de vento ao pé da torre, antecipando inúmeras experiências que faria a partir de 1909, no laboratório que montou. Em 1917 criou a aviação de combate em alta velocidade, resultado da sua estreita convivência com os ventos.

Gustave Eiffel morreu no dia 27 de dezembro de 1923, com 91 anos de idade. Não sem antes ter se queixado da pressão que sua obra maior exerceu sobre toda sua obra, sua carreira, sua vida. "A torre está me esmagando, como se eu não tivesse feito nenhuma coisa mais". Era a mancha de amargura perante o orgulho de ter construído um monumento de 300 metros de altura, símbolo de um país, do seu país.

UMA OBRA DE ENGENHEIRO, NÃO DE ARQUITETO

Poderia ter sido Bourdais e não Eiffel

o criador do monumento símbolo de Paris e da França. O escultor parisiense, amigo do presidente do Conselho da Cidade, pretendia erguer uma torre de alvenaria, para homenagear o centenário da revolução. Mas Gustave Eiffel venceu a concorrência, mesmo na justiça, onde o júri escolheu o seu projeto por unanimidade, no dia 12 de junho de 1884.

Escolhida uma área na margem do rio Sena, o terreno foi terraplenado em seis meses, ainda que convivesse com um protesto dos artistas de Paris, liderados por arquitetos em fúria, por terem perdido o projeto para engenheiros. Para acalmar os revoltados, o Ministério de Obras respondeu ter sido o plano feito por um obscuro funcionário do órgão, Georges Moineaux, mais tarde famoso e conhecido como Courtelaine.

Utilizando ar comprimido para trabalhar ao lado da margem do Sena, no levantamento dos pilares submersos, técnica que já dominava há alguns anos, Eiffel terminou as fundações no dia 30 de junho de 1887, iniciando a 1ª de julho o levantamento da estrutura metálica.

Ao todo, 250 homens trabalharam 8 horas no inverno e 13 horas no verão, terminando a montagem em 21 meses, tempo e velocidade surpreendentes para a época. Um dos motivos de orgulho para Gustave Eiffel foi o fato de - ao contrário das obras de Garabit, onde um homem saltou para a morte - não ter acontecido nenhum acidente sério em toda a duração dos trabalhos.

Enquanto em outras obras todas as peças eram montadas no próprio canteiro, a Torre Eiffel recebia cada peça pronta para o uso, vinda da fábrica de Levallois. Cada uma vinha com seu número de série e encaixe determinado em projeto. Se não se encaixasse em nenhum dos lados, o mestre de obras mandava a peça novamente à fábrica, onde era refeita.

PAGAMENTO EM INGRESSOS

No dia 31 de março de 1889, Eiffel escalou os 1710 degraus da sua torre com as autoridades parisienses. Os elevadores ainda não funcionavam, mas o que seria o problema? A Torre Eiffel estava pronta antes do prazo previsto, marcado para 6 de maio. Sua construção foi praticamente paga no mesmo ano de sua inauguração. Somente em ingressos foram vendidos 6 mil francos. A torre custou 7.400 francos, mas a cidade de Paris subsidiou 1.500 francos.

Até se tornar o marco dos dias de hoje, a Torre Eiffel enfrentou alguns riscos. Proprietários de terras ao longo do rio Sena ficaram alarmados com a possibilidade de a torre vir a desabar sobre suas cabeças e Gustave Eiffel não encontrou nenhuma seguradora disposta a se responsabi-

lizar por algum dano. Teve de assumir seu próprio risco.

Receio maior foi manter a torre em pé. Eiffel nomeou seu genro, Adolphe Salles, presidente de sua empresa e resolveu tratar de assegurar a eternização de sua obra. Principalmente quando a concessão chegou ao fim. Sua saída: encontrar uma justificativa científica e razões que sepultassem o desejo de seus inimigos em destruir seu trabalho. Passou a ser usada como ponto estratégico de observação e comunicações, com a instalação de um terminal telegráfico no alto da torre, para servir o exército francês. Em 1904 a linha do telégrafo cobria a distância de 400 quilômetros e em 1906 seu sinal atingia até 3.000 quilômetros. Em 1912, tornou-se o centro de emissão dos sinais de hora certa para todo mundo. A obra de Eiffel estava salva.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO, EM SESSÃO DO DIA 02 DE AGOSTO DE 1988.

Triticultura ou Tristecultura?

Luiz Antônio Fayet

O desenvolvimento da triticultura no Brasil sofreu vários percalços porque os grandes exportadores mundiais, como os Estados Unidos, o Canadá e a França, com o objetivo de descartar seus estoques e também não deixar surgir novos concorrentes, praticaram sempre preços de exportações em regimes de "dumping". Isso dificultou a entrada de novos países no clube dos produtores.

Segundo os pesquisadores, o desenvolvimento de sementes de um novo cultivar de trigo leva de 7 a 12 anos, motivo pelo qual não temos ainda a produtividade de outros países. As sementes que dispomos se devem a um gigantesco trabalho desenvolvido pioneiramente pela EMBRAPA e agora reforçado por outras iniciativas.

A importância da triticultura para o país, especialmente para o Paraná e o Rio Grande do Sul, está no fato de ser a melhor opção de lavoura de inverno, praticada em larga escala e que se combina com as lavouras de verão, particularmente a soja, o milho e o algodão, utilizando as mesmas terras, máquinas, mão-de-obra, estrutura de armazenagem e transporte.

No inverno a atividade econômica na área rural caía muito, com a triticultura isso modificou-se: produção e produtividade cresceram bastante e já chegamos à beira da autosuficiência. Mas muitos criticam a triticultura nacional, mencionando que

os preços de importação são bem menores que os custos de produção no País. Isto é uma meia verdade, pois os grandes exportadores operam no mercado internacional em regime "dumping", mas o francês pega no mercado interno de seu país cerca de 200 dólares por tonelada, enquanto exporta, inclusive para o Brasil, até por menos de 90 dólares.

O Governo, induzindo à busca do aperfeiçoamento, via preços, pagou aos produtores 248 dólares em 85, 241 em 86, 184 em 87 e pagará perto de 180 dólares neste ano. Mas convém lembrar que a política cambial brasileira mantém o Cruzado artificialmente supervalorizado, beneficiando as importações e prejudicando as exportações. Considerando um câmbio real, os 180 dólares valem 144 e os 110 que pagamos pelo trigo importado estão perto de 132. Logo, a história é outra. E a continuar o ritmo de desenvolvimento da tecnologia de sementes, aliada à capacidade organizacional e produtiva da nossa agricultura, tenho certeza, vamos alcançar nível de produtividade semelhante aos dos grandes produtores mundiais - e a custos ainda inferiores. Poderemos competir com trigos subsidiados e mesmo assim ganhar. Isto é um perigo, para eles, é claro. Daí ser lastimável, no momento em que a triticultura se desenvolve, ajuda a diminuir as importações brasileiras, reduz custos de produção das lavouras de verão aumentando sua competitividade internacional e diminuindo os preços para o consumidor nacional - é lamentável que o Governo assiné com a Argentina os protocolos comerciais nº 2, 3 e 22, colocando em risco esta atividade, além de outros setores.

O trigo por si só gera um PIB de aproximadamente 1 bilhão de dólares anuais. É muita riqueza para se jogar fora assim tão fácil. Evidente que há grandes interesses

em desestruturar a triticultura nacional, especialmente externos, porque se o Brasil não produz trigo, também se obriga a comprar milhões de toneladas dos EUA, Canadá, França e Argentina. Comandada pelo Banco do Brasil - CTRIN, a produção passou de 364 mil toneladas em 1967 para mais de 2 milhões em 77 e 6.150.000 em 87. A produtividade em Kg/ha cresceu em 649 em 1967 para 666 em 77 e 1791 em 87. Essa foi uma das poucas intervenções governamentais bem sucedidas.

Não podemos ser ingênuos na interpretação e análise dessas manobras. O Governo federal está fazendo o jogo bandido; escancarou as portas para a entrada do trigo, maçã etc, onde estamos absolutamente capacitados a produzir para em troca abrir o mercado argentino, às multinacionais da indústria química e automobilística. Tem mais: o Governo retirou os subsídios que eram dados a produtores nacionais porque geravam déficit público e assim, se constituíam - incontestavelmente - num grande foco inflacionário. Mas na virada de 1988/89, prevê-se, vai sobrar perto de 1,5 milhão de toneladas, equivalente ao que vemos importar em função dos protocolos.

Com que dinheiro será financiada esta compra, sua estocagem e administração? Será possível que o Governo vá gerar déficit para subsidiar a economia argentina? Não dá para aceitar, mas na verdade, o trigo argentino já pressiona, e criminosamente o caixa do tesouro nacional. Isto é deplorável, aliás, estes foram os protocolos mais lesivos para a nossa economia, piores que os do período colonial. É preciso agir com urgência para não deixar que de Brasília se comande impunemente a destruição da triticultura e, por consequência, toda a base de nossa agricultura de exportação.